

I

# Memória

# 1 Introdução

*“(...) o entrelaçamento da vida de uma pessoa com sua época e a interpretação das duas coisas ajudaram de maneira mais profunda a dar forma a uma análise histórica (...)”*  
Eric Hobsbawm<sup>1</sup>

## 1.1 Um tema familiar

Em 1997 fui ao cinema assistir ao filme brasileiro “O que é isso companheiro?”, dirigido por Bruno Barreto, em uma sessão organizada por meu colégio, no programa do Grupo Estação, que reservava salas de seus teatros para turmas escolares, em horários alternativos.

Qualquer evento que nos retirava da sala de aula era motivo para comemorações. Minha turma se aproximava dos temíveis meses do vestibular, e sair do colégio para ir ao cinema era uma forma de esquecermos um pouco nossas obrigações estudantis.

O combinado era nos encontrarmos no hall do Espaço Unibanco, hoje Espaço de Cinema, e aguardarmos juntos a hora da sessão. O evento foi um sucesso, e os alunos compareceram em peso. No cinema havia, portanto, somente alunos de segundo grau, acompanhados pelos professores de história e geografia.

Na época de seu lançamento, o filme causou grande agitação, e gerou muita polêmica. A qualidade da produção chamou a atenção de todos, inclusive da indústria de Hollywood, que concedeu uma indicação ao Oscar, na categoria “melhor filme estrangeiro”. Em momentos como esse, em que o Brasil se torna notícia internacional, a população adere à causa, e nos sentimos no mesmo barco; assim como na copa do mundo, ou somos todos vencedores, ou todos derrotados. Dizia-se, “o Brasil concorre ao Oscar”, e assim foi dito, “o Brasil não levou o Oscar”.

---

<sup>1</sup> HOBBSAWN, E., *Tempos interessantes*. p. 11.

A polêmica em torno de “O que é isso companheiro?” foi em parte devida à expectativa do Oscar, que colocaria o cinema nacional em outro patamar, a partir do reconhecimento e do prestígio da premiação. Por outro lado, o filme fomentou um debate, e despertou um interesse considerável em relação ao seu tema. Baseado no livro homônimo do jornalista e ex-militante Fernando Gabeira, “O que é isso companheiro?” retrata de maneira fictícia o real episódio do sequestro do embaixador norte americano, realizado por organizações de guerrilha armada em 1969, no Rio de Janeiro. As cifras de público e de bilheteria confirmaram, naquele momento, que o filme era um sucesso<sup>2</sup>.

Diria que sobre a Ditadura Militar enquanto regime de governo, assim como suas estruturas de sustentação, muito pouco foi dito no filme, e não houve debate gerado sobre esses aspectos. A curiosidade era mesmo sobre as ações dos grupos de guerrilha urbana e seus integrantes, que na grande tela raptavam um embaixador.

O debate ganhava força quando ex-militantes, idealizadores e realizadores da “ação revolucionária”, entravam na roda de discussão e davam seus depoimentos. Os que ainda estavam vivos alcançaram grande visibilidade naquele momento, e divididos entre críticas<sup>3</sup> positivas e negativas, pelo menos um aspecto parecia ser bem visto por todos, que dizia respeito sobre esse processo de “despertar interesse”.

O meu interesse sobre a temática, que há muito havia sido despertado, manteve-se acordado durante toda minha trajetória, e acompanhei o mais perto que pude aquela discussão. Percebi que estava do lado dos que não gostaram do filme, e fui procurar entender o desconforto de outros, para compreender melhor minhas críticas pessoais. Os comentários de caráter cinematográfico pouco me interessavam; estava mesmo atrás da análise política, da avaliação feita por membros da esquerda. Acompanhei as matérias de jornal, televisão, e compareci a uma palestra no centro da cidade promovida pelo jornal *O Globo* com Fernando Gabeira e Bruno Barreto. O evento foi disputadíssimo. As filas para senhas se formaram logo cedo, e fui uma entre os muitos que não conseguiram entrar, e tiveram que assistir através de um telão.

O discurso dos palestrantes foi pouco satisfatório em relação ao contexto de polêmica que o filme movimentara. Bruno Barreto se colocava como o diretor, e nada

---

<sup>2</sup> CUNHA, R de M., *Memória dos Ressentimentos. A luta armada através do cinema brasileiro dos anos 1980 e 1990*. (Dissertação de Mestrado). Ver capítulo 3 “Cinema e história”.

mais. Não transmitia opiniões políticas, e chegou a dizer que não cabia a ele fazer avaliações, mas aos estudiosos do caso, historiadores, professores. Seu trabalho era somente fazer o filme. As perguntas para Fernando Gabeira procuravam separar a verdade da ficção: “Você ficava mesmo sem capuz?”, “você não foi no dia da ação?”, “foi você que teve a ideia do sequestro?”. Era perceptível o pouco conhecimento do livro que deu origem ao título e ao roteiro do filme, e que muitos dos presentes tomaram consciência daquele fato a partir do filme: “Aquilo aconteceu de verdade?”.

Na mesma época foi lançado o livro *Versões e ficções: o sequestro da história*, publicado em 1997, que reuniu textos sobre a resistência à Ditadura Militar. No calor do momento gerado por “O que é isso companheiro?”, os autores, entre eles participantes do sequestro, questionavam a versão conciliadora que o filme, e muitas outras produções literárias, cinematográficas e acadêmicas perpetuaram ao longo dos anos.

Se, de acordo com o diretor do filme, não cabia a ele fazer avaliações, mas sim a historiadores e estudiosos do caso, foram as análises de um historiador que mais me chamaram a atenção, e me despertaram para outras questões. Daniel Aarão Reis abordou o filme sob o ponto de vista de como o tema da luta armada foi tratado, e como ali estava um exemplo contundente de uma memória conciliadora<sup>4</sup> do período ditatorial. Ele próprio um ex-militante, e um dos realizadores do “sequestro da história”, seus argumentos se faziam ainda mais interessantes pois neles não incluía o tom de uma “testemunha ocular da história”, a partir da memória de quem viveu tal episódio. Aarão Reis analisou o filme na qualidade de estudioso do tema<sup>5</sup>, relacionando o episódio do sequestro ao momento histórico no qual ele aconteceu.

Suas impressões e sua memória foram apresentadas uma década depois, em 2007, no documentário “Hércules 56” que, ao meu ver, é uma resposta política e cinematográfica a “O que é isso companheiro?”. Isto porque os dois filmes tratam do mesmo episódio, mas com abordagens completamente distintas. Não gostaria de sugerir que o intuito do diretor, Silvio Da-Rin, tenha sido esse mas, diante do incômodo que havia sentido anteriormente, o documentário esclareceu certas questões que, na minha opinião, foram deixadas de lado pelo filme.

---

<sup>4</sup> Ver capítulo 3.

<sup>5</sup> Daniel Aarão Reis publicou importantes livros e artigos sobre o período da Ditadura Militar, assim como trabalhos de avaliação sobre o que representou a luta armada no Brasil. Ver REIS FILHO, D. A., *A revolução faltou ao encontro.*; \_\_\_\_\_. *Ditadura Militar: esquerdas e sociedade no Brasil.*; \_\_\_\_\_. *O golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois.*

O título, “Hercules 56”, é devido ao nome do avião que levou ao México os 15 presos políticos trocados pelo embaixador. A princípio, sentados na mesma mesa, estão Franklin Martins, Claudio Torres e o próprio Aarão Reis, dirigentes da Dissidência Guanabara (DI-GB), idealizadora do sequestro, grupo que então passou a adotar a sigla MR-8. Juntam-se a eles Manoel Cyrillo e Paulo de Tarso Venceslau, os dois únicos remanescentes da Ação Libertadora Nacional (ALN), que realizou conjuntamente a operação. Através de suas memórias, associadas a vídeos, fotos, entrevistas da época e atuais, os ex-militantes narram o episódio desde o surgimento da ideia do sequestro até o momento de soltura do embaixador.

No final do documentário, Franklin Martins avalia:

“Eu sinceramente acho que tem momentos na luta política que o importante é lutar. Eu acho que a guerrilha no Brasil, do ponto de vista da guerrilha de resultados, foi um desastre, ou seja, nós perdemos grandes quadros, muita gente morreu, ajudou num determinado momento a unificar setores mais duros. Mas do ponto de vista do que ela gerou para o futuro, eu acho que ela gerou uma coisa extremamente positiva. Eu não tenho a menor dúvida de que o Brasil hoje é infinitamente melhor do que era a vinte, trinta anos atrás. Não tenho a menor dúvida disso, e eu acho que nós ajudamos nisso. Foi porque seqüestramos o embaixador americano? Foi porque lutamos”<sup>6</sup>.

No ano anterior ao lançamento de “Hércules 56”, a TV Câmara realizou uma entrevista com a ex-militante Vera Silvia Magalhães, um dos quadros do MR-8, e única mulher participante do sequestro. Sem mencionar o nome do filme, em alguns momentos da entrevista Vera Silvia faz menções sutis a “O que é isso companheiro?” quando relata a sua participação no sequestro, e esclarece que certas coisas “não aconteceram”, como a insinuação do sexo pela troca de informações sobre a segurança da casa e da rotina do embaixador.

Nesse período, estudante de mestrado, eu realizava minha pesquisa sobre filhos de exilados políticos brasileiros<sup>7</sup>, e tudo o que se relacionasse ao tema chamava minha atenção. Na parte final da entrevista, com o mesmo tom de avaliação utilizado por Franklin Martins, Vera Silvia declara que “valeu”:

“Não tinha nada melhor a ser feito na minha geração. Acho que o que havia de melhor na minha geração fez o que eu fiz. Essa era a nata da geração. Fez errado? Não importa. As intenções e a experiência que acumulou estava nesse núcleo que resistiu à Ditadura. Um projeto foi derrotado, mas nós ganhamos muitas coisas. Nós ganhamos valores, amizades. A geração de 68 formou um ethos realmente exemplar.

---

<sup>6</sup> Depoimento de Franklin Martins no documentário *Hercules 56* dirigido por Silvio Da-Rin.

<sup>7</sup> PAIVA, T. M. C., *Herdeiros do Exílio. Memórias de filhos de exilados brasileiros da Ditadura Militar*. (Dissertação de Mestrado).

O meu filho tem orgulho de ser meu filho. Não é porque eu fiz essas coisas, mas porque eu atuo no meu cotidiano de acordo com essas coisas que eu fiz”<sup>8</sup>.

O depoimento dos dois ex-militantes, companheiros do mesmo movimento da esquerda, despertaram em mim outros interesses. A luta valeu, apesar das derrotas, e o futuro é melhor, apesar das derrotas. Se houve algum sentido naquela luta, avaliada como derrotada, foi a tentativa de construção de um futuro melhor, de um país diferente. Para Franklin Martins não restam dúvidas que, nisso, eles foram vitoriosos. Assim como para Vera Silvia, “valeu” ter lutado por um outro país, pois estava em jogo o futuro de uma nação, o futuro de outras gerações como a geração de seu filho, quem ela tem certeza que se orgulha dela.

Conheci o filho da ex-militante por ter sido muito amigo do meu irmão na época de colégio e, naquele momento, lembrei do Felipe. Lembrei também da minha amiga, filha do Vladimir Palmeira, das alunas do colégio, filhas do Fernando Gabeira. Lembrei da Julia, da Mariana, da Lia, do Pedro, lembrei, enfim, de tantos amigos da escola, filhos de militantes.

O CEAT (Centro Educacional Anísio Texeira), que me levou ao cinema para assistir o polêmico filme citado, me apresentou igualmente às produções “Lamarca, “Canudos”, “Terra e liberdade”, “Pra frente Brasil”, “Giordano Bruno”. Da mesma forma, por causa da escola, muitos alunos pela primeira vez subiram uma favela, andaram de trem, fizeram trabalho voluntário, participaram de doações de todo tipo (sangue, roupas, alimentos, brinquedos) e foram às primeiras passeatas de suas vidas. No currículo estavam livros como *Vidas secas*, *Veias abertas da América Latina*, *Do amor e outros demônios*, *Quase memória*, *O povo brasileiro*.

Eu e meu irmão sempre estudamos em escolas consideradas progressistas e diferentes. Da Criarte, cujo nome já indica sua linha de atuação, fomos para o CEAT, um colégio diferente em tudo, desde a localização até o seu prédio. “Um castelo em Santa Teresa”, era como eu descrevia a minha escola, e era exatamente isso. Até então, jamais havia visitado um castelo, cenário de contos de fadas e histórias aventurescas. Ao atravessar o túnel Rebouças, de longe já era possível ver a torre mais alta e a majestosa estrutura de pedras. Os chãos de mármore, auxiliados pela vegetação abundante, amenizavam o clima quente da cidade, o que tornava, no

---

<sup>8</sup> Depoimento de Vera Silvia Magalhães. Entrevista concedida em 2004 à TV Câmara no quadro Memória Política.

inverno, as primeiras aulas na parte da manhã um verdadeiro martírio. Elementos incomuns podiam ser encontrados por todo o colégio, confirmadores de que aquele castelo, um dia, fora habitado por outras pessoas. Havia uma sala com lareira dentro, um lago com peixes e um anexo chamado “aventura”, uma área enorme, composta por uma floresta e pouco frequentada pelos alunos mais novos. Na capela eram realizadas as matrículas e casamentos de professores. Minha mãe, sempre estudante de colégios católicos, estranhava o uso daquele ambiente religioso para a efetivação de registros dos alunos.

Não era uma escola propriamente conhecida. As turmas eram relativamente pequenas e seu nome causava espanto e curiosidade. Além disso, Santa Teresa era um bairro distante, de difícil acesso, com longas e íngremes ladeiras. Meus pais alertavam os amigos que se mostravam dispostos a matricularem seus filhos no CEAT, pois uma vez no colégio, era paixão à primeira vista, e as ladeiras de paralelepípedo seriam uma realidade em suas vidas por um bom tempo.

Como toda escola particular da Zona Sul, a mensalidade era considerável, e lembro-me dos lamentos do meu pai sobre o CEAT ser uma das escolas mais custosas da cidade. Certamente, esse fator definia o perfil dos alunos, mas era uma instituição aberta a alunos estrangeiros, com deficiências físicas e mentais. Tive amigos rejeitados por muitas escolas e aceitos no CEAT, inclusive no meio do ano letivo, dado não muito comum na época.

Santa Teresa dava ao colégio um caráter todo especial. O bairro, diferente dos demais que eu conhecia, era famoso por seus trilhos de bondes, florestas e bosques, numerosas favelas e lindos casarões, ao contrário dos feios prédios que cresciam com velocidade impressionante a cada ano na cidade. A vista era deslumbrante, e com privilégio víamos das salas de aula o cenário da cidade maravilhosa. Minha mãe se mostrava aliviada ao pensar que seus filhos estudavam numa região dotada de vegetação invejável, responsável por um ar mais puro, não muito condizente com a vida em cidades grandes.

“Era muito diferente morar em Santa Teresa. Para tirar um xerox você tinha que pegar um ônibus. Nenhuma pizzaria entregava, não tinha nada de comércio, e o transporte era muito ruim. Hoje até se consegue uma vida com mais infra-estrutura, mas continua muito isolado. Mas não dá para negar que era demais acordar e ver o Cristo da janela, e da sala o Pão de Açúcar. Além do silêncio e do clima de

comunidade, de vizinhança, de cidade do interior. Praticamente todos os meus grandes amigos foram feitos lá, e somos amigos até hoje”<sup>9</sup>.

As visitas às casas dos amigos, moradores do bairro, eram programas divertidos e muito interessantes. Foi quando experimentei pela primeira vez arroz integral, carne de soja, comida macrobiótica, e foi a primeira vez que vi no Rio de Janeiro pessoas “pendurarem a conta” como se fazia no interior de São Paulo, onde passávamos as férias no sítio do meu bisavô.

“Nas minhas festas de aniversário meu pai só servia comida integral, doce de banana, suco de fruta com açúcar mascavo. O pastel era tão duro que se jogado em alguém iria machucar. Não tinha refrigerante para servir, nem brigadeiro na hora do parabéns. Os amigos iam esperando uma festa de aniversário e encontravam um mercado de comida natural horrível”<sup>10</sup>.

Os pais dos meus colegas usavam bolsa de couro, sandália rasteira, cabelo comprido, e as mães quase nunca usavam sutiã. Os meninos que falavam... O sutiã foi um dia tema de palestra na escola, assim como o alimento industrial da cantina e o refrigerante na merenda. Nesse ponto minha mãe estava em completa sintonia com o colégio, pois apesar de não morarmos em Santa Teresa e meu pai não usar bolsa de couro, na nossa casa não se bebia refrigerante durante a semana, açúcar era cristal e não se comia nada com corante. Nada amarelo, laranja, roxo, azul, verde, rosa, enfim, artificial, entrava lá em casa. Os sacolés e a fanta laranja se tornaram verdadeiros fetiches e eu sonhava com a casa da minha tia onde embaixo da pia da cozinha ficavam engradados de garrafinhas de coca cola, e sempre se pedia pizza por telefone. Somente em dias de praia, e aos domingos, eram feitas concessões: o roxo refrigerante Grapete entrava no cardápio, porque meu pai tomava, e aí nós podíamos tomar também.

O lado não radical dos meus pais era um grande atrativo para os amigos da escola. Minha mãe sempre nos levava, com os amigos, ao cinema, seguido de lanche no McDonald's. No nosso apartamento, desde muito cedo, tinha computador, vídeo cassete, vídeo game e casa da Barbie. A Barbie era, para uma grande amiga, o “símbolo do capitalismo” que ela pedia todo aniversário, e não ganhava nunca. Olhávamos para aquela boneca loira, de olhos azuis, peitos grandes e imaginávamos o que seria esse tal de capitalismo.

---

<sup>9</sup> Entrevista de “Fernando”. Depoimento concedido em 10 de maio de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>10</sup> Ibid.

“Lembra quando a gente brincava de Barbie na sua casa? Eu me lembro de sentir uma culpa enorme, porque minha mãe dizia que a Barbie era um símbolo de opressão às mulheres, um símbolo do capitalismo. Eu não entendia nada, mas sabia que era errado, e nunca tive Barbie. Meus pais não me levaram à Disney, e na minha casa não tinha o canal 4 da Rede Globo. Me sentia uma ‘E.T.’. Não sabia cantar as músicas da Xuxa, não sabia os desenhos que passavam na televisão. Só via na sua casa, e na casa das amigas”<sup>11</sup>.

Meu colégio era considerado de “esquerda”, “moderno” nas palavras da minha avó, e “vermelho”, nos termos do meu bisavô. Comprometido com causas sociais, estruturava-se a partir de um projeto educacional e pedagógico, com o objetivo de formação de seus alunos para a cidadania. Havia uma expressiva preocupação em levar os alunos, e as discussões, para fora da sala de aula. Quando o tema de geografia era reforma agrária, íamos visitar um assentamento rural de trabalhadores sem terra, da mesma forma que a professora de biologia nos levou para conhecer a ABIA, quando estudávamos sobre doenças causadas pela transmissão de vírus.

As vivências proporcionadas pelo colégio incluíam no cotidiano da escola nossas trajetórias pessoais, de modo que era bastante natural assistirmos ao filme “Que bom te ver viva” com a filha da diretora Lucia Murat na sala ao lado, aluna da escola e colega de classe. Era igualmente parte do dia a dia da escola a visita de personalidades como Caetano Veloso, quando ia à reunião de pais, e sentava ao lado de Fernando Gabeira e Chico Buarque. Apesar de todo rebuliço causado por suas presenças, não era estranho, nem fora do comum, meu irmão ser colega de classe e muito amigo do Felipe, filho da ex-militante Vera Silvia Magalhães. Através do Felipe nós conhecemos a história da mulher que saiu da prisão militar numa cadeira de rodas, depois de ser brutalmente torturada. Memórias familiares dos tempos da Ditadura Militar eram partilhadas tanto pelos amigos, quanto por seus pais, fosse através de conversas informais ou nas palestras promovidas pelo colégio.

A respeito do período ditatorial, a memória da minha família era outra ou quase nenhuma. Meus pais não atuaram na época, e minha mãe é filha e neta de militares. Em relação a esse universo de resistência, de “esquerda”, a família não tinha muito a dizer, ou melhor, tinha muito a dizer de maneira negativa, contrária e pejorativamente. Convivi desde muito cedo com os jargões “comuna”, “subversivo”, “terrorista”, “milico”, “fascista”, e de um lado ouvia “golpe” e, do outro, “revolução”.

---

<sup>11</sup> Entrevista “Olga” via email. 10 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

A escola ensinava que em 1964 houvera um “golpe” e meus pais falavam a mesma língua. Curiosamente, ambos se identificaram com o pensamento de esquerda, e só posso entender esse dado como um milagre, mesmo com toda contradição do termo aplicado ao histórico de uma família muito católica, reacionária e conservadora. Por motivos óbvios, e por isso mesmo com mais significação, as posições políticas de esquerda da minha mãe geravam alvoroço, até porque ela sempre foi mais radical que meu pai, que cresceu num ambiente familiar bastante despolitizado.

Nos almoços, festas, ceias de Natal e férias nas fazendas do interior de São Paulo, lembro de prato ir parar na parede, meu bisavô vermelho como a cor que ele não gostava, e minha bisavó sabiamente do lado da turma do “deixa disso”. Mas ninguém deixava, e as discussões eram efervescentes. Desde muito cedo percebi o peso importante que a política ocupava na vida familiar. Falava-se, discutia-se, brigava-se por política.

Ouvia as histórias do meu biso que lutou na Segunda Guerra Mundial, sobre seu posto em Lucca, na Itália, cidade que tive a oportunidade de conhecer em 2010. Sabia que havia sido preso, ao menos duas vezes, no período Vargas, e que tinha sido nomeado presidente da Petrobrás na época da Ditadura. Não comprava carro importado, só abastecia nos postos BR e jamais investiu em capital estrangeiro. Adorava conversar com a minha bisavó sobre o pós-guerra, quando eles moraram em Paris e testemunharam uma Europa arrasada e miserável. Ela falava sobre as roupas, as tendências, os *cafés*, e entre uma memória e outra, me ensinava palavras em francês. Lembrava pensativa das enormes filas de distribuição de sopas e alimentos e falava com a aflição de quem experimentou o racionamento, sobre o desperdício do brasileiro. Sua revolta era comumente expressada nos dias de compras quando era impossível comprar menos de uma dúzia de qualquer coisa.

Minha avó, filha de um marechal e casada com um general, é uma intelectual aberta às diferenças e dedicou toda sua trajetória profissional ao trabalho com a educação. Assim como na escola fui apresentada às obras de Darcy Ribeiro e Eduardo Galeano, na biblioteca da minha avó encontrei o livro vermelho de Mao Tsé-Tung e foi ela quem me deu de presente *O manifesto comunista*. Na estante do meu avô estavam *Batismo de Sangue* e *Brasil Nunca Mais*. Quando os pedi emprestado para a pesquisa do mestrado, surpreendi-me ao perceber que os livros tinham sido lidos com cuidado, sublinhados e marcados, infelizmente para a neta historiadora, com caneta permanente.

Essas aparentes contradições assinalavam que havia na família um espaço para a tolerância e valorizavam-se as diferenças. Entendi um pouco mais as posições da minha mãe e com o tempo, não pareceu mais ser um dado milagroso seu apoio à esquerda. Meu bisavô sempre foi um militar das letras, um homem culto e um leitor voraz. Minha avó cresceu em meio a uma biblioteca invejável para a época, repleta de clássicos, livros importados e estrangeiros. Minha mãe foi educada numa família onde as mulheres sempre trabalharam fora, e tinham seu peso e sua voz dentro de casa. Sempre se preocupou em me mostrar que as desavenças tinham um lugar específico, sem transbordarem para as relações pessoais, e nunca deixou de demonstrar o carinho, o afeto, e o amor por seus avós, aos quais ela era igualmente reconhecida.

Quando éramos pequenos, eu e meu irmão saíamos com meus pais das passeatas pelas “Diretas” para a casa da minha bisá, fazer lanches fartos e deliciosos, e chegávamos com nossas camisetas, broches, adesivos e com as músicas de campanha na cabeça. Minha mãe dizia que podíamos cantar e meu biso nunca nos reprimiu. Por vezes, ele e minha bisá nos buscavam de motorista na escola, ocasiões muito comemoradas e especiais, e sentia orgulho de ter um biso marechal. No CEAT, eram recebidos de braços abertos e com muito respeito.

As notícias sobre “eleições diretas” foram intensamente celebradas pelos meus pais que, em 1989, apoiaram e se dedicaram à campanha do candidato do PDT, Leonel Brizola. Suas posições os isolavam do restante da família, esmagadoramente eleitora da direita. Acompanhava de perto as discussões e minha mãe parecia uma pequena gigante enfrentando pessoas “colloridas” e “malufistas”, sem baixar a guarda, nem perder o bom humor. Numa manhã de férias, na fazenda dos parentes paulistanos, acordou mais cedo que todos e decorou a casa inteira com adesivos do Brizola. Comemorava às gargalhadas, na beira da piscina, sua brincadeira bem sucedida e todos riam com ela.

Como não podia ser diferente, o CEAT organizava discussões e debates sobre o tema e foi simulada uma eleição na escola com direito a cédulas e cabines de votação. Ganhou por vantagem esmagadora o candidato Lula, do PT, o que já era de certa forma esperado. Na minha seletiva e construída memória só havia uma única pessoa em todo o colégio apoiadora do Collor e ela era minha amiga de sala. Para mim, era a única aluna que vestia a camisa do candidato de direita e fazia campanha contra o Lula.

“Aquele foi um período muito confuso pra mim. Via meus pais fazendo campanha para o Collor, e o CEAT inteiro era Lula. Não entendia porque eu estudava lá. Não parecia fazer sentido, mas meus pais nunca demonstraram qualquer conflito. Eu falava o que os professores diziam em sala de aula, e meu pai ria. Minha mãe nem dava bola. Alguns amigos pararam de falar comigo, não sentavam do meu lado. Era muito estranho. No segundo turno não aguentei e ‘virei’ Lula (risos). Era tão mais divertido ser Lula. Fazia parte da galera. Cheguei em casa, uma vez, toda ‘vermelha’ e meus pais nem ligaram”<sup>12</sup>.

Cheguei a pensar certa vez que a minha amiga fosse apanhar no recreio, tamanha a confusão quando a isolada “eleitora” queria colar adesivos do PFL, como eram colados os do PT. Contei o ocorrido para os meus pais que, preocupados, procuraram o colégio. Como tudo no CEAT ou virava reunião ou assembléia, os pais dos alunos se reuniram para discutir o caso, considerada a gravidade da situação diante da luta pela democracia, pela igualdade e liberdade de escolha, e pelo voto livre.

Com peculiar autoridade, alunos da 4ª série, ou quinto ano, entre nove e dez anos reproduziam o que ouviam em casa e, com forte convicção, se declaravam Lula, Brizola, Roberto Freire, ou Collor. A militância dos pais, associada às suas convicções políticas, atravessavam os muros das casas e compunham a atmosfera escolar.

“Ficava um pouco constrangida por ser a única que tinha adesivo do Lula no colégio, mas nem por isso deixava de adotar a postura dos meus pais. Uma vez eu coleí um adesivo do Collor na minha janela, porque uma amiga me deu, e acho que meu pai se convencia a pensar que era coisa de criança, mas certamente não estava feliz (risos). Mas também nunca me reprimiu, mandou tirar da janela, porque era no meu quarto, e também eu era criança, então deixava passar”<sup>13</sup>.

“Era difícil se sentir isolada na escola por causa das eleições. Na verdade, tinha medo de dizer que era Lula em casa, e mais medo ainda de dizer que era Collor quando na verdade eu não era nada (risos). Aquele episódio me marcou muito, e vi que eu estava adotando duas posturas para não causar brigas, mas no fundo ninguém ligava muito. Virei Lula porque queria me sentir enturmada, mas depois percebi que eu realmente me identificava com o que estava sendo dito. Lembro que meus pais deixavam eu participar de tudo na escola relacionado à política, e vi que gostava mesmo era da esquerda”<sup>14</sup>.

Meus pais faziam campanha para o Brizola, levavam os filhos aos comícios e deixavam que eu incluísse no “uniforme” um broche do PT. Ganhei da minha mãe uma camiseta da Graúna, com seu olhar maroto, dizendo “estou vendo uma

---

<sup>12</sup> Entrevista de “Fátima”. Depoimento concedido em 19 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>13</sup> Entrevista de “Flora”. Depoimento concedido em 12 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>14</sup> Entrevista de “Fátima”. Depoimento concedido em 19 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

esperança”. Atrás, a simbólica estrela vermelha. Henfil parecia ter resumido numa única mensagem o que toda uma geração sentia e o que meus pais me transmitiram.

Mesmo com muita tristeza e decepção, o processo vivido não foi desvalorizado pela perda das eleições. Minha mãe explicava que na democracia era assim, a maioria decidia. As denúncias de fraudes, roubo nas urnas e de falcatruas eleitorais foram discutidas no colégio, que parecia viver um luto coletivo. Poucas vezes vi tantas pessoas visivelmente tristes pelo mesmo motivo. Até então, só havia presenciado tal sentimento de decepção nas finais de campeonato de futebol, e nas partidas em que o Flamengo saía derrotado. Além da política, somente o futebol era capaz de provocar sentimentos efervescentes na minha mãe, e em dias de derrota, ela e meu irmão, flamenguistas fanáticos, mal falavam dentro de casa; era mais prudente manter distancia e deixá-los quietos.

O discurso da democracia prevaleceu e Fernando Collor assumiu o cargo de presidente da República. Logo no primeiro ano do governo, as denúncias de corrupção seguidas por uma grande desaprovação da população a respeito da alta inflação, filas em hospitais, e confisco das poupanças fez surgir o movimento “Fora Collor”, que culminou com o *impeachment* do presidente em 1992. As ruas das grandes cidades do país foram tomadas e os “caras pintadas” ganharam a cena. Jovens de todas as idades, de escolas públicas e particulares, foram às ruas com os rostos cobertos de tinta preta, de luto, em repúdio aos escândalos e a má administração do governo federal. Nossas aulas foram suspensas e a escola encorajava os alunos a participarem.

Descíamos a pé as ladeiras de Santa Teresa. Os alunos do segundo grau faziam o cordão de isolamento para nos proteger, os mais novos, e os professores cuidavam do trânsito e prestavam atenção aos carros. Passávamos pelos colégios São Vicente, Sion, por escolas municipais e o grupo crescia e se fortalecia até chegarmos à Cinelândia. Sentia a emoção de voltar no tempo, de estar na rua e protestar, de ver papéis picados jogados pelas janelas, como se tivessem sido retirados dos arquivos de televisão da “passeata dos cem mil”. Os carros desviavam o caminho, davam passagem e até os ônibus nos ofereciam carona. Nosso cartaz dizia “*CEAT* (em verde) *de Luto* (em preto) *na Luta* (em vermelho)”.

Chegava eufórica em casa, imbuída por uma emoção nunca antes sentida. Conversávamos sobre o momento político do país e eu ficava orgulhosa de ver meus pais como pessoas politizadas, especialmente porque tinham sido muito criticados

pela família quando foram os únicos a votarem na esquerda. Aquele foi um momento que o jogo se inverteu, que a posição deles era a hegemônica, e não a dos meus avós ou da ala paulistana “malufista”, certamente apoiadora do Collor. Com muito orgulho celebrávamos uma vitória política.

Esse foi um momento muito especial, vivido intensamente, e decisivo para que fosse feito um mapeamento mais consistente do período da Ditadura Militar. Foi quando li *Olga* e *A ilha*, quando minha mãe me presenteou com *Os carbonários*, e quando assistíamos juntas a mini série da Rede Globo, “Anos Rebeldes”. Os capítulos eram aguardados com muita ansiedade e programávamos o vídeo cassete, pois era sempre tarde da noite, depois do último jornal, e o sono muitas vezes dominava. Minha mãe explicava o contexto histórico, explicava quem era quem, e entre comentários mais didáticos dizia: “Eu lembro disso...”. Foi também um período de descobrir a coleção de discos do meu pai, um universo que depois fez parte de uma trajetória profissional muito significativa. Lá encontrei as canções tocadas e cantadas na mini série e aprendi o que era “música de festival”: alguns discos nunca mais devolvi.

Também foi despertado um interesse pela conjuntura histórica, por entender as estruturas do regime, compreender o que era linha dura, quais foram os generais presidentes. Passei a buscar dados que estavam relacionados à trajetória e à memória dos meus avós. Conversava com eles e me interessava pelos casos da época e, apesar de sentir desconforto toda vez que falavam em “revolução”, ao invés de “golpe”, aprendi a respeitar uma outra visão da história.

Percebi através dos meus pais a importância da democracia e da construção de vias democráticas de luta. A tolerância, a liberdade de idéias e o reconhecimento das diferenças eram valorizados e muito respeitados. Na minha família e pelo que aprendi com meus pais, constituí a noção de que a democracia é um exercício diário e deve ser constantemente revisitado. Entendi, através do exemplo da minha mãe, que é possível construir uma trajetória política contrária ao que se compreende como um pensamento hegemônico e que não é preciso romper vínculos, “rachar”, com os que pensam diferente. Meus pais me mostraram que eu estava certa em discordar dos meus avós e mais certa ainda em gostar muito deles, sem que isso fosse um conflito de interesses. Levei esses valores comigo e na universidade percebi como eles eram preciosos.

Apesar de toda essa atmosfera política ao meu redor, a experiência de militância só aconteceu na universidade. Os anos no CEAT foram muito estimulantes nesse sentido, mas não militei em nenhum órgão estudantil, nem mesmo no grêmio do colégio. Além de uma forte timidez, os grupos políticos secundaristas me pareciam muito fechados e, na escola, as fronteiras entre as séries e a diferença de idade são sempre mais marcantes. Frequentei as reuniões e sempre procurei votar nas chapas de maneira consciente, mas nunca me juntei a nenhum grupo, assim como nunca fui filiada a nenhum partido. Havia algo no formato dessas organizações que me incomodava, e apesar de não saber ao certo de onde vinham tais incômodos, sabia que aquela política não queria fazer.

Depois da formatura e do processo conturbado do vestibular, chegava a hora da universidade, um momento de transição intensa. Mesmo sem ter ingressado em uma universidade pública, que assumia no meu imaginário um simbolismo muito forte, estava na universidade, estava na PUC-Rio.

Logo no primeiro ano, percebi a agitação do movimento estudantil quando as eleições para os diretórios se aproximavam. Claramente, havia uma chapa de esquerda e outra de direita. Reencontrei ex-alunos do CEAT. Alguns mais velhos, outros da minha idade, alguns amigos, outros amigos do meu irmão, e a grande maioria estava inserida nesse processo eleitoral.

Comecei a gostar do que via, do que ouvia, e de como era chamada para participar. Tive a sensação de finalmente encontrar pessoas jovens, fazendo uma política jovem, para jovens. Uma política sem ressentimentos, sem rancor, uma militância animada, feliz. Organizavam-se festas, faziam-se performances, fantasiavam-se. Aquele pessoal falava a minha língua e eu comecei a falar a deles. Na minha primeira eleição universitária venceu a chapa em que eu votei, a PUC-Diversidade. Nas outras, nós ganhamos. Havia muito trabalho, calorosas discussões, festas animadas, palestras e seminários, festivais de música e arte, viagens políticas, outras nem tanto, brigas e “rachas”. Sentia-me como parte de uma família, muitas vezes confusa e caótica, como todas não deixam de ser.

Terminada a graduação, outra formatura, outra intensa transição. O mestrado proporcionou uma oportunidade gratificante de construir, pela primeira vez, uma pesquisa própria, um projeto de estudo, um processo de construção de um pensamento que articulava questões elaboradas por mim, associadas a um quadro teórico com o qual me identificava. Enquanto completava a graduação, ocorria um intenso debate

internacional sobre os domínios da memória e como eles se apresentavam para a história. A historiografia passou a se debruçar cada vez mais sobre a polêmica e complexa relação entre memória e história, e o debate conquistou o interesse de acadêmicos brasileiros e despertou meu interesse para a discussão.

Minha proposta de tema para dissertação foi uma tentativa de unir interesses acadêmicos a esse conjunto de elementos de história pessoal e me aproximei, em parte, desse objetivo. O trabalho com a memória de filhos de exilados provocou reflexões importantes e foi decisivo para que eu quisesse dar continuidade à trajetória acadêmica.

Elaborado no final de 2006, o projeto de pesquisa para o doutorado preocupou-se em manter e ao mesmo tempo em ampliar o tema da dissertação, com a intenção de investigar as memórias da geração de filhos de militantes brasileiros da Ditadura Militar. Seriam mantidas, desta forma, as imbricações entre memória e história assim como o universo de filhos de militantes como campo de investigação. A ampliação da pesquisa estaria na inclusão de filhos de militantes não exilados e esse foi o aspecto mais criticado pela banca examinadora. Foi argüido não ter o novo projeto grandes mudanças em relação ao trabalho já realizado; defendi minha proposta enfatizando que seriam abertos outros núcleos de investigação e que a tese não seria um segundo capítulo da dissertação. Como qualquer aprovação é sempre motivo de alegria, celebrei uma vitória, porém sem grandes comemorações. Ciente da importância dos comentários feitos, tais críticas deixaram um alerta ligado, e aos poucos, percebi que estava diante de um universo de pesquisa já explorado, sem muitas novidades de investigação.

No processo de qualificação da tese, um ano e meio depois do início do doutorado, identifiquei uma mudança de eixo na pesquisa, em boa parte devida ao primeiro diálogo com os interlocutores, que examinaram a proposta de estudo e suas ambições diante dos resultados já alcançados. Como faz parte desse processo a reescrita do projeto, o texto então elaborado soou antigo e desatualizado. Já não me reconhecia nele tanto quanto antes.

A proposta de estudo ainda fazia sentido para as aspirações da pesquisa, mas detectei desconfortos consideráveis em relação ao projeto e percebi um deslocamento no tema. Meu interesse não correspondia mais ao recorte histórico da Ditadura Militar e meu desejo já não era investigar a geração de filhos de militantes nascida e crescida nesse período, mas sim outra geração de “filhos”.

A problemática que atravessava toda a estrutura da tese, baseada na relação entre memória e história, tinha em vista a investigação da cultura política da geração de filhos de militantes, com a hipótese do entrecruzamento de rastros hereditários e a construção de referenciais próprios. Reavaliados os objetivos e hipóteses, ainda desejava alcançar resultados a partir dessa proposta de estudo, mas aqueles que estivessem relacionados ao período pós regime militar, com referência a essa outra geração de filhos de militantes. Foi, portanto, através do caminho descrito, percorrido de maneira muitas vezes tortuosa, que cheguei, enfim, ao tema dessa tese.

Mudanças como as descritas acima representavam que certas delimitações da pesquisa precisariam ser revistas, mas sabia que havia finalmente alcançado meu objetivo e isso era o mais importante. O trabalho que estava por vir se mostrava árduo, porém excitante e mais coerente a cada dia.

Estava claro um envolvimento muito próximo com o tema que na verdade representava a sempre desejada junção de questões pessoais com aspirações de estudo acadêmico mas, no final das contas, nada mais era que uma investigação sobre a cultura política da minha geração. Algumas questões que me acompanharam desde muito cedo, surgidas ainda no período escolar, ganharam consistência na vivência universitária com a experiência de militância e, muito por causa delas, esse trabalho ganhou consistência também.

Certos aspectos da militância estudantil, secundarista e universitária, incomodavam-me pela sua fórmula de aplicação, na minha opinião, antiquada e retrógrada. Os símbolos, o vocabulário, os discursos, as roupas, as práticas estavam por demais referidos à cultura política da geração de militantes dos anos sessenta e setenta. Hoje, depois de investigar as questões que traduzem esses desconfortos, posso afirmar que uma vez considerada a convivência entre culturas políticas, não há graves problemas em ocorrências como essa, até porque não havia outro exemplo de militância estudantil tão próximo e igualmente expressivo quanto o que tivemos no período do regime militar. No entanto, conforme o país avançava em sua trajetória democrática, as “causas” mudavam, o campo do político se modificava, e não parecia haver uma preocupação com a construção de outras vias de atuação que dialogassem com as novas gerações.

Termos como “alienação”, “militância”, “militante”, “partido”, “engajamento”, “esquerda” e “direita” eram aplicados no presente a partir dos significados assumidos no passado, referentes ao universo político de uma outra

geração. Velhas dicotomias eram reproduzidas de maneira simplória, quando na verdade elas não faziam mais tanto sentido, diante de um cenário político contemplativo de intensas modificações. Os tempos eram outros e por muitos motivos, além do óbvio de não se viver mais numa ditadura.

As contingências históricas impulsionavam as práticas de militância para outras direções não menos importantes. As memórias de filhos de militantes tornam evidente a percepção de serem os entrevistados filhos de militantes não somente na referencia mais evidente do termo, associado ao período ditatorial, mas também, e em alguns casos ainda mais evidente, quando refletido para além da luta contra a Ditadura Militar.

“Me considero filha de militante, mas só se eu pensar a respeito. Não me vejo assim no meu dia a dia, porque militante pra mim é quem se engajou de fato com o projeto anti-ditatorial no Brasil. Quem agiu e não só quem tinha uma opinião, mas quem acabou se envolvendo em ações que poderiam dar em algum lugar. Acho que existe militância pós esse processo, mas o radicalismo do regime ser diferente faz com que a resposta da militância seja diferente, então no meu imaginário militante é quem atuou no período da Ditadura Militar. Mas claro que existe militância pós regime militar, inclusive acho que essa é a minha referência mais forte de filha de militante. Meus pais se engajaram muito nas campanhas dos partidos, e tinham uma atuação muito forte”<sup>15</sup>.

“Penso no meu pai como militante, e me vejo como filho de militante, mas muito mais relacionado ao período da formação do PT, já nos anos oitenta. Meu pai sempre atuou, mas essa foi uma época de atuação muito mais forte, mais militante”<sup>16</sup>.

“Meu pai atuou a vida inteira. Voltou do exílio e começou a campanha pelas ‘Diretas’. Ajudou a fundar o PT no Rio, depois atuou fortemente na campanha do Lula, em 89. Brigou com o PT, saiu do PT, e continuou atuando da forma dele. Publicou livro, dava palestras, se tornou professor universitário. Acho que vai morrer fazendo isso. Claro que na época da Ditadura era tudo mais radical, mas não acho que ele vai parar de atuar, seja da forma que for. Eu vejo ele como um grande ativista político. Acho que ele pensa em política o tempo todo. Não é porque não existe mais Ditadura que ele vai parar, e ainda bem que não existe, que ele não vai ser mais preso, que a nossa casa não vai ser invadida, e o telefone grampeado”<sup>17</sup>.

Identifico a geração investigada nessa pesquisa como a mais expressiva de um momento definitivamente transitório no campo da política. Essa geração de filhos de militantes cresceu e se desenvolveu mediante as expressivas mudanças relacionadas a um período de avaliação e reavaliação de referenciais. São filhos de sujeitos que dedicaram parte de suas vidas, sua juventude, a uma causa que dizia respeito a um

<sup>15</sup> Entrevista de “Flora”. Depoimento concedido em 12 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>16</sup> Entrevista de “Leonardo”. Depoimento concedido em 13 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>17</sup> Entrevista de “Olga” via email. 10 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

projeto de mudança de mundo, de seus padrões de convivência e de organização social. Das muitas turbulências próprias do período pós Ditadura Militar, boa parte esteve diretamente relacionada a elementos que dizem respeito à trajetória de luta política desses indivíduos. O universo geracional dos filhos de militantes representa de forma eloquente a possibilidade de, a partir dessas zonas de abrangência entre culturas políticas<sup>18</sup>, perceber os limites de heranças políticas herdadas e rejeitadas.

## 1.2 História e fontes orais

No despertar de interesse a respeito das imbricações entre memória e história, também fora aguçada uma curiosidade sobre o trabalho na área da História Oral. Parecia fascinante a elaboração de uma pesquisa com base em entrevistas, o trabalho com depoimentos, sair em campo à busca de pessoas capazes, a partir de suas memórias, de alimentar temas de discussão acadêmica.

Como foram poucas as disciplinas que, ao longo da graduação, dispensaram atenção ao intenso debate sobre pesquisas com base na História Oral, vi-me, no mestrado, diante de um território inédito, do qual eu pouco havia estudado, e praticado enquanto historiadora. Não havia muito tempo para ensaios, apenas para leituras dedicadas ao tema, de forma que as primeiras entrevistas com filhos de exilados foram um pouco instintivas. Com o tempo e com a prática, as perguntas se aprimoraram, o roteiro ganhou consistência e o comportamento diante dos entrevistados se mostrou mais maduro.

A falta de intimidade com a produção de entrevistas se mostrou ainda menos problemática que a pouca desenvoltura sobre com o que fazer depois, uma vez o depoimento recolhido e finalizado. Entendi que ali estava o início do trabalho, intenso e minucioso.

Não foi difícil perceber que são muitas as malícias existentes num encontro de perguntas e respostas. Essas últimas, por sinal, além de não serem reflexos de fontes seguras e irrefutáveis, por vezes demoram a aparecer, são curtas, monossilábicas e muito bem escolhidas. Nem todos os manuais e instruções preparatórios podem prever a reação do entrevistado diante de uma pergunta. A verdade é que não há

---

<sup>18</sup> Cf. BERSTEIN, S. A cultura política.

receita, apenas ingredientes conhecidos e cada entrevista tem sua dosagem e misturas diferentes.

Apesar dos tropeços, as recompensas são muitas. No fim, uma pesquisa que opera com entrevistas tem uma roupagem distinta e delicada, com sentimentos e emoções manifestados na forma de riso, de choro, em silêncios, em longas falas. São parte de uma noção peculiar de cumplicidade entre o pesquisador e sua fonte, entre entrevistador e entrevistado.

No intuito de dar continuidade aos passos iniciados no mestrado e persistir no trabalho com fontes orais, o tema desta tese que, por fim, se mostrou uma investigação em torno da minha geração, vislumbrava um quadro de candidatos a entrevistas um tanto familiares. Considerada a narrativa pessoal feita na primeira parte desse capítulo, era de se esperar que houvesse entre eles alguns de meus melhores amigos, pessoas muito próximas e antigos conhecidos.

“A qualidade da entrevista depende também do envolvimento do entrevistador, e este não raro obtém melhores resultados quando leva em conta sua própria subjetividade. Porém reconhecer tal subjetividade não significa abandonar todas as regras e rejeitar uma abordagem científica, isto é, a confrontação das fontes, o trabalho crítico, a adoção de uma perspectiva. Pode-se mesmo dizer, sem paradoxo, que o fato de reconhecer subjetividade é a primeira manifestação de espírito crítico”<sup>19</sup>.

Tão certa da proximidade com meus entrevistados, não podia esperar o distanciamento imposto por algum deles. Para a minha surpresa, alguns amigos prefeririam não conceder entrevistas e meu marido foi o mais relutante, um dos últimos entrevistados. Usei de artimanhas baixas e enganei-o com um convite para jantar. Com a refeição já iniciada, comecei com as perguntas e ele prontamente percebeu que havia caído numa armadilha, mas já era tarde para recuar e ele finalmente se rendeu. Nosso encontro durou duas horas, com uma considerável conta de restaurante à pagar. Valeu cada centavo pois, como em muitos outros casos, de certa maneira o conheci melhor, ou o re-conheci, assim como alguns grandes amigos.

Estar próximo pessoalmente do entrevistado gera, por vezes, situações delicadas, às vezes embaraçosas, quando, por exemplo, o depoente comenta: “Você lembra daquela vez...”, “Se lembra quando a gente...”. Não foram raros os casos que me convidavam a lembrar junto, ou pediam a minha confirmação a respeito da memória narrada. Eu era incluída como elemento ativo da memória de outros e, quando de fato me lembrava dos casos evocados, algumas vezes tinha outra memória

---

<sup>19</sup> AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). *Usos e abusos da história oral*. p. 57.

deles, outras vezes sequer tinha qualquer recordação do que estava sendo dito. No lugar de pesquisadora e entrevistadora, não cabia afirmar ou não a veracidade da memória, mas perceber que tais ocorrências confirmam como se mostra fascinante o universo da memória para uma pesquisa histórica.

Testemunhos orais surpreendem sempre, enveredam por caminhos inesperados. No exercício da memória, informações e dados do nosso passado são imbuídos de grande vitalidade, de forma muitas vezes visceral e emotiva. Por isso, a experiência de uma entrevista é sempre muito empolgante e, no final da sessão, é a hora de acalmar os ânimos e mergulhar no trabalho.

Aos testemunhos orais, como aos documentos escritos, cabe fazermos perguntas; afinal, nem uns nem outros nos servem para que confirmem nossas hipóteses, mas para que as questionem e ponham à prova. Não devemos esquecer que nenhuma fonte é transparência de uma verdade positiva, razão pela qual as historiadoras Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira assinalam o perigo de se confiar plenamente numa fonte e somente nela<sup>20</sup>. Os depoimentos são parte do processo de construção de um documento e por isso os confrontamos sempre.

A consciência, portanto, de uma intensa proximidade com o tema da tese e com certos entrevistados, manteve em estado de alerta a posição de pesquisadora, para não me perder por caminhos labirínticos. A inclusão de questões pessoais, motivadoras do processo de construção deste estudo, não faz desta uma tese autobiográfica, resumida à minha história de vida, nem tão pouco à história de vida de qualquer outra pessoa. Certo que, trabalhos envolvidos com memórias de seus autores geralmente flertam com o gênero biográfico, sua recorrência não compõe esta narrativa nem para a escrita de uma autobiografia, nem para a reunião de pequenas biografias. O que está em jogo aqui é um estudo de memórias percebidas a partir de um núcleo geracional, onde as memórias individuais assumem caráter de investigação a partir da conotação coletiva<sup>21</sup> e social<sup>22</sup> que toda memória tem.

Os entrevistados foram selecionados consideradas as delimitações do recorte histórico e da geração definida. A primeira preocupação era reunir um número de depoimentos capaz de formar um painel consistente de análise. Além disso, pareceu importante que os depoentes pudessem ajudar a compor, uma vez consideradas as

---

<sup>20</sup> AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). op. cit. p. 30.

<sup>21</sup> HALBAWCHS, M., *A memória coletiva*.

<sup>22</sup> MUDROVIC, M. I., *Historia y memória*.

trajetórias de seus pais, um quadro variado da militância de esquerda. Por isso foram procurados filhos de exilados e não exilados, de operários, filhos de militantes das gerações de 1964 e 68<sup>23</sup>, de presos políticos e, ainda, depoentes sem o histórico de pais engajados na luta contra o regime militar. Decidi incluir memórias que, assim como as minhas, não tiveram referenciais paternos de militância mas, de todo modo, estão envolvidas de alguma forma com esse universo de atuação política.

Cheguei aos entrevistados através de emails trocados com amigos e conhecidos, decididos a ajudar minha pesquisa. Apesar de já ter em vista nomes de possíveis entrevistados, procurei não incluir somente os amigos e pessoas já conhecidas.

Mantive o método de trabalho experimentado no mestrado, bem sucedido a meu ver e, por isso, não foram reveladas as identidades dos entrevistados. Eles serão apresentados nessa tese através de pseudônimos.

A partir desses apontamentos foram elaboradas, realizadas e apropriadas as entrevistas nessa pesquisa. No próximo capítulo, a complexa relação entre memória e história e seu impacto sobre os rumos desta tese serão aprofundados. Mas cumpre, desde já, relacionar o método de trabalho com as fontes orais com a intenção principal de investigar a cultura política da geração de filhos de militantes.

Esta tese concentra seus limites temporais de análise no período pós Ditadura Militar e identificou na memória da geração de filhos de militantes alguns marcos inaugurais<sup>24</sup> expressivos da época, entre eles a eleição direta para presidente da República em 1989, a campanha pelo impeachment de 1992 e a eleição do candidato do PT Luis Inácio Lula da Silva para presidente, em 2002.

### 1.3 “Filhos” e “Filhas”

Para aprofundar as questões que presidem a esse trabalho, foram realizadas 17 entrevistas, das quais 14 com filhos de militantes e 3 com depoentes que não são filhos de militantes. As entrevistas aconteceram na cidade do Rio de Janeiro entre agosto de 2010 e junho de 2011. Um dos depoimentos foi concedido via email e skype, uma vez que a entrevistada reside fora do Brasil.

---

<sup>23</sup> ROLLEMBERG, D., *Exílio. Entre raízes e radares*. p. 50.

<sup>24</sup> Cf. SIRINELLI, J-F. A geração.

Algumas informações sobre os entrevistados parecem importantes para localizá-los, sobretudo no caso daqueles que são filhos de militantes. Foi traçado um breve perfil, a partir de suas próprias narrativas.

Alice se identificou como filha de militante somente por parte de mãe, uma ex integrante do MR-8. Os pais se conheceram devido à militância da mãe, que se escondeu na casa de um rapaz que viria a ser seu pai e então começaram a namorar. Foram juntos para Paris, onde seu pai foi fazer doutorado e sua mãe estudou dança. Alice cresceu na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, e estudou nos colégios Santo André e Céu. Tem um irmão, é mãe de um menino, e casada com um professor universitário. Formou-se na faculdade de Arquitetura e Urbanismo na UFRJ e trabalha com artes plásticas.

Bruno nasceu na Costa Rica, durante o exílio dos pais, militantes do movimento estudantil, não simpatizantes à causa da luta armada. Passaram pelo Chile e, depois do golpe de Pinochet, se exilaram na Costa Rica, onde estudaram e moraram até a volta ao Brasil. Estudou na Escola Senador Correia, na Zona Sul do Rio de Janeiro e fez faculdade de Ciências Sociais na UFRJ. Fez mestrado e doutorado no Programa de Pós Graduação do departamento de História da PUC-Rio e leciona na FGV.

Camila se reconhece como filha de militantes, mas seu pai era, em sua visão, o “militante mais atuante”. Foi preso algumas vezes, mas “nada sério”. Coursou a faculdade de Direito na UFRJ e atuou no movimento Viva Rio. Fez mestrado de antropologia em Londres e hoje estuda para concurso público.

Clarice se diz filha de militantes “pelos dois lados”. Seu pai desde muito cedo fez parte do movimento estudantil e antes de completar 15 anos, quando promulgado o AI-5, já estava na clandestinidade. Foi parte integrante dos quadros do MR-8 e ainda menor de idade, foi preso e submetido a sessões de tortura. Expulso do país, foi exilado na Suécia. Clarice identifica sua mãe como uma militante de base, distante da luta armada. Os pais se conheceram depois do período da militância, quando frequentavam a FGV. Separaram-se quando Clarice ainda era pequena. Quando menina, estudou no Andrews e depois foi para a Escola Parque, onde se formou no segundo grau. Coursou Comunicação na PUC-Rio.

Fátima não se reconhece como filha de militantes, “muito pelo contrário”. Avalia sua família como despolitizada e bastante reacionária. Na UFRJ aderiu ao

movimento estudantil e atuou especialmente no CA de seu curso de História. Concluiu o doutorado na UFF e trabalha na firma de arquitetura da mãe.

Fernando é filho de uma militante, mas não conheceu a mãe, falecida por complicações no seu parto. Frequentou várias escolas, mas não chegou a cursar nenhuma por muito tempo, pois seu pai “brigava com todas”. Não fez faculdade. Formou-se em um curso técnico de som, construiu um estúdio de música em sua casa e foi baterista de uma banda notoriamente conhecida no Rio de Janeiro. Hoje é empresário, sócio de dois estabelecimentos e DJ.

Flora se diz filha de militantes, mas não de “maneira óbvia”, porque não identifica na trajetória dos pais uma militância efetiva nos tempos da Ditadura Militar. Sua auto-identificação com a categoria “filhos de militantes” está relacionada ao período de abertura política e das eleições de 1989. Nasceu no Rio de Janeiro e estudou no Andrews e no Santo Agostinho. Fez o curso de graduação em História na UERJ e pós-graduação na PUC-Rio. Hoje é professora do colégio em que se formou no segundo grau.

Juliana se reconhece como filha de militante, mas somente pelo lado materno. Integrante do MR-8, sua mãe participou da luta armada. Foi presa na década de setenta, e submetida a “terríveis torturas”. Juliana estudou na EDEM e no CEAT. Hoje trabalha com cinema.

Luis é filho de um ex-militante e neto de um oficial da aeronáutica que não aderiu ao movimento do golpe civil-militar de 1964. Seu avô cumpriu pena por deserção e, mais tarde, seu pai foi preso e torturado. Depois da prisão, permaneceu no Brasil e cursou a faculdade de economia na UFRJ, onde conheceu sua mãe. Estudou na Escola Parque e, tal como seu pai, fez faculdade de Economia na UFRJ. Hoje é doutorando em economia na UNICAMP.

Leonardo nasceu no Rio de Janeiro e cresceu em Jacarepaguá. Seu pai foi militante do movimento operário e sua mãe professora. O pai ajudou a fundar o PT no Rio e se desligou do partido na década de noventa. Estudou no Baiense e cursou uma escola técnica. Formou-se em Biologia na UFRJ e é professor da UFF.

Luiza não é filha de militantes, mas reconhece seus pais como militantes em “outros sentidos”. Nasceu em São Paulo e, quando tinha 10 anos, mudou-se para o Rio de Janeiro com os pais e os dois irmãos. Estudou no colégio São Vicente e fez a graduação em Desenho Industrial na UERJ. Seu pai é ator e sua mãe produtora de televisão.

Maria nasceu em Recife e se reconhece como filha, neta e sobrinha de militantes. Seu avô esteve entre o grupo de procurados no momento do golpe de 1964, quando foi exilado, caminho seguido pelos pais no momento da promulgação do AI-5. Maria mora hoje no Rio de Janeiro, é professora da UFF e ensina e estuda cinema.

Marília é filha de dois militantes, que se conheceram num grupo de estudo de Marx. O pai foi membro do PC do B desde a faculdade, contrariando o histórico de uma família liberal. Filho de portugueses, nasceu, morou e estudou nos Estados Unidos; no Brasil, adotou uma postura anti-imperialista. Sua mãe também é portuguesa e veio com a família para o Brasil na época da Revolução dos Cravos, pois seu pai era ministro do governo e se viu impedido de continuar no país. Uma vez no Brasil, sua mãe aderiu ao PC do B. Diferentemente do pai, que até hoje continua fiel ao primeiro partido, a mãe já transitou entre vários partidos até se desvincular completamente de todos eles. Marília estudou no CEAT, e cursou a faculdade de história na PUC-Rio. Fez mestrado em Letras também na PUC, e continua no programa como aluna de doutorado. É bailarina de dança flamenco.

Marina não se reconhece como filha de militantes. Nasceu no Rio de Janeiro e morou no bairro da Barra da Tijuca. Formou-se em Direito pela PUC-Rio, militou no movimento estudantil da Universidade. Faz parte do núcleo de advogados do MST e advoga no grupo “Maria Crioula”. Hoje cursa o doutorado na UFRJ e é mãe de uma menina.

Nina se reconheceu como filha e neta de militantes. Diz ser parte de uma família de militantes, da qual toda linhagem materna fez parte como quadros da esquerda do país. Logo após o golpe, seu avô foi procurado pelo regime militar e deixou o Brasil exilado, em 1964. Sua mãe e seu pai se conheceram no colégio, no movimento secundarista, mas militaram em grupos diferentes. Sua mãe aderiu à luta armada, mas seu pai, membro do PCB, era contra. Reencontraram-se no final dos anos setenta, quando sua mãe deixou a clandestinidade. Com a Anistia, seu avô voltou ao Brasil e Nina foi esperá-lo no aeroporto, ainda na barriga da mãe. Nina formou-se em psicologia pela UFRJ e trabalha como produtora cultural.

Olga é filha de militantes que participaram da luta armada no Rio de Janeiro. Seus pais se conheceram na UFRJ, mas só começaram a namorar no exílio, em Paris, onde sua mãe engravidou. Sua mãe chegou a ser presa e torturada. Olga nasceu no Brasil quando seus pais voltaram, em 1979, com a Anistia. Estudou no CEAT e fez o curso de letras na UERJ. Optou por se especializar em artes visuais e hoje é designer

em Barcelona. Fez pós-graduação em Nova York e morou dois anos nos Estados Unidos. Vive na Espanha com o marido há 3 anos.

Pablo é filho de dois militantes que participaram da luta armada. Seus pais foram presos e torturados. Permaneceram no Brasil depois da prisão, quando decidiram casar-se e formar uma família. Estudou no CEAT e formou-se em geografia pela UFF, onde também completou o mestrado. Hoje é professor da Escola Sá Pereira.

#### 1.4 Capítulos e temas

O texto final da tese foi dividido em três partes e seis capítulos, consideradas entre eles a Introdução e a Conclusão, tal como prevê o modelo seguido pela PUC-Rio. Cada uma das partes está centrada em um tema específico, que vem resumido imageticamente em uma fotografia. Essas imagens são o resultado de um exercício do olhar feito nos encontros com os entrevistados. No final de cada sessão, fotografei algo que chamou minha atenção e o foco dessas fotografias foi muito diverso. Algumas flagraram o lugar do encontro, outras selecionaram objetos pessoais dos depoentes ou seu escritório, seu lugar de trabalho, a casa onde moram ou algum outro detalhe. São registros que, a sua maneira, resumem a experiência da entrevista feita.

Para a primeira parte, intitulada *Memória*, selecionei uma foto tirada depois do encontro com a entrevistada Fátima, no bairro do Humaitá, onde fica o escritório de arquitetura de sua mãe, na rua Viúva Lacerda. Nesta rua se localizava a primeira escola que frequentei, a Criarte, e morei no bairro durante 26 anos, no apartamento onde até hoje moram meus pais. A foto registra, portanto, um território familiar tanto para mim quanto para a depoente, já que ambas circulamos com frequência por aquelas ruas. Essa experiência comum certamente facilitou o encontro e a sintonia. Éramos da mesma geração, tínhamos questões e interesses políticos próximos e nossos caminhos físicos e simbólicos se entrecruzaram, sem que necessariamente o soubéssemos, muitas vezes. Se essa sintonia era tão evidente no caso de Fátima, em função das ruas do Humaitá muito palmilhadas por nós duas, certamente também era verdadeira, por diferentes razões, em relação aos outros entrevistados. Os fragmentos de memória comum possibilitaram o encontro e o diálogo. E é isso que a fotografia, na linguagem que lhe é própria, explícita, resume e simboliza.

A imagem escolhida para introduzir a segunda parte da tese, intitulada *Geração*, foi feita depois da entrevista com a depoente Nina, que escolheu a Livraria da Travessa do Shopping Leblon para o lugar do encontro. A fotografia do ambiente da livraria se justifica pelas muitas menções a músicas, livros e filmes como parte dos elementos referenciados desta geração. Diretores de cinema, músicos, artistas, e livros, em especial, eram citados e reconhecidos como quem a eles atribui o lugar simbólico de uma bússola, capaz de indicar o norte, ou a direção certa, para seguir viagem e chegar ao destino final.

Por diversas vezes, e em diferentes fases da vida, ouvi o termo “alienação” ser dirigido à minha geração e utilizado com entonação quase acusatória. Tinha a percepção de ser cobrada a um engajamento e a uma prática de militância com os quais não me identificava; sequer os reconhecia como parte da vivência política da minha geração. De forma que ao meu redor, não reconhecia jovens alienados e desinteressados nas discussões políticas da época, mas adolescentes e jovens que conviviam com os conflitos, confusões e descobertas tão específicos dessa fase da vida; achei a imagem da livraria especificamente perspicaz.

Nas memórias de filhos de militantes encontrei desconfortos quando eram evocados temas como cultura, engajamento, alienação e, em relação a esses quesitos, os “filhos” sentiam necessidade de se compararem aos “pais” e concluíaem estarem em patamares infinitamente inferiores. Percebi desde o princípio que, assim como eu, os depoentes conviveram com os termos “alienação” e “alienados” e a eles atribuem os significados dados pela geração de seus pais. Muitos entrevistados se mostraram extremamente surpresos com o pedido para uma entrevista no bojo de uma pesquisa sobre cultura política. Esclareciam que, por serem “alienados”, pouco teriam a oferecer.

Impressionou-me o fato dos membros da minha geração estranharem, a priori, alguém considerá-los membros valiosos para uma investigação que opera com os temas da militância e cultura política. Ao se definirem “alienados”, os entrevistados criaram um valioso nicho de investigação deste trabalho, motivador de preciosas questões, desenvolvidas nos capítulos finais desta tese. Foi, inclusive, o que me motivou a fabricar uma foto, esta sim a única artificialmente construída, e registrada nos momentos finais do doutorado. Essa última fotografia apresenta um painel montado com alguns dos itens citados pelos entrevistados, depois percebidos nas

minhas estantes de livros, de discos e entre os filmes que coleciono. Conforme eram mencionados, eu os reconhecia e revirava o baú da minha memória.

Para a terceira e última parte, *Herança*, a imagem escolhida é uma foto feita na minha própria casa, em Copacabana, onde muitas entrevistas aconteceram. A casa onde moro foi herdada pelo meu marido e, como dito, um dos entrevistados desta pesquisa. Nossa casa foi projetada pelo seu avô materno e já foi centro de pesquisa e atendimento psicológico, estúdio de ensaio e gravação, sede de uma produtora audiovisual, e hoje o nosso lar, que dividimos com os cachorros Nina Simone e James Brown. Nossa casa é realmente uma casa e não um apartamento, um símbolo de moradia muito comum das atuais gerações. Jamais poderia imaginar que teria a oportunidade de morar numa casa de verdade, com escada, quintal, cachorros, tal como vivem os amigos de Santa Teresa, que hoje moram em apertados apartamentos na Zona Sul.

Casa, a nossa casa em particular, é sempre sinônimo de abrigo, refúgio e acolhida. Uma casa recebida em herança guarda muitas histórias e às histórias ali vividas somam-se agora tantas outras, contadas pelos que aceitaram abrir a intimidade de suas lembranças para que o Projeto de tese se tornasse realidade. Mas uma casa, a que fizemos nossa, é também um lugar de planos e de projetos que vão muito além de seus portões. A fotografia da minha casa talvez possa simbolizar o quanto é importante para aquilo que chamo cultura política da minha geração, que os nossos sonhos e projetos tenham o tamanho do mundo e a dimensão do coletivo e que, justamente por isso, não abrimos mão da felicidade pessoal e de um espaço que seja nosso.

A síntese imagética representada pelas fotografias que, vejo agora, articula a tríade que Gilberto Velho propõe ser necessária, orgânica e imprescindível entre memória, identidade e projeto<sup>25</sup>, não dispensa o resumo dos conteúdos dos capítulos que constituem a tese. A Introdução procurou apresentar os elementos de delimitação do trabalho, suas principais motivações, assim como algumas considerações prévias necessárias referentes ao objeto de estudo e à metodologia de trabalho com as entrevistas. O segundo capítulo, intitulado *Memória e história: entre aplicações e apropriações*, analisa os conceitos e as discussões consideradas significativas tanto no

---

<sup>25</sup> VELHO, G., Memória, identidade e projeto.

que concerne à interlocução teórica que o trabalho empreende,<sup>26</sup> quanto para o trabalho com as fontes orais<sup>27</sup>. Estão inseridas, portanto, as discussões sobre os “usos e abusos”<sup>28</sup> da memória na contemporaneidade; as implicações do “trabalho de memória”<sup>29</sup> e sua relação com esquecimento e o memorar<sup>30</sup>; o debate sobre as dimensões individual e coletiva da memória<sup>31</sup> e, por fim, a relação entre a memória e o estudo da história do tempo presente<sup>32</sup>.

O capítulo três, *Geração e cultura política*, trata de associar a noção de geração<sup>33</sup> com o conceito de cultura política, compreendido através das indagações de Serge Berstein<sup>34</sup>. De que maneira esses dois conceitos se relacionam é a questão principal do capítulo e, a partir desta relação, a geração de filhos de militantes foi definida, para permitir a pesquisa. Associadas à discussão central foram realizadas outras análises, relacionadas com aspectos da discussão sobre a relação memória-história, nesse capítulo analisada sob outras perspectivas. Foram trabalhadas, a partir do pensamento de Walter Benjamin<sup>35</sup>, as noções de experiência e de experiência histórica, consideradas como elementos constitutivos da percepção de coletividade e de transmissão de uma tradição, que o conceito de geração pressupõe.

O terceiro capítulo reservou ainda um momento de breve reflexão sobre a cultura política da geração de militantes dos anos sessenta e setenta<sup>36</sup> com a qual conviveu a geração de filhos de militantes, da qual recebeu possíveis heranças no plano intelectual e político. Relacionada à associação entre cultura política e geração está a relação entre memória, identidade e projeto estabelecida por Gilberto Velho<sup>37</sup>, considerada importante para compreendermos de que forma se deu o processo de formação de identidade e da construção de projetos na geração de filhos de militantes.

---

<sup>26</sup> Cf. LE GOFF, J., Memória. Cf. NORA, P., Entre a História e a Memória: A problemática dos lugares. Cf. RICOEUR, P., *A memória, a história, o esquecimento*. Cf. LEVI, G., *Le passé lointain*.

<sup>27</sup> Cf. AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). op. cit.

<sup>28</sup> Cf. TODOROV, T., *Les abus de la mémoire*.

<sup>29</sup> Cf. POLLAK, M., La gestion de l'indicible. Cf. RICOEUR, P., op. cit. Cf. GAGBENIN, J. M., *Lembrar. Escrever. Esquecer*. Cf. POLLAK, M., Memória, esquecimento e silêncio.

<sup>30</sup> Cf. RICOEUR, P., op. cit. Cf. AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). op. cit.

<sup>31</sup> Cf. HALBAWCHS, M., op. cit.; MUDROVIC, M. I., op. cit.

<sup>32</sup> Cf. AMADO, J. e FERREIRA, M de M (orgs). op. cit.

<sup>33</sup> Cf. SIRINELLI, J-F. op. cit.

<sup>34</sup> Cf. BERSTEIN, S. op. cit.

<sup>35</sup> Cf. BENJAMIN, W., O narrador. Cf. Idem. Sobre o conceito de história.

<sup>36</sup> Cf. RIDENTI, M., *O fantasma da revolução brasileira*.

<sup>37</sup> Cf. VELHO, G., op. cit.

O capítulo quatro, *A geração*, trabalha de maneira mais consistente as entrevistas e relaciona, aos “canais habituais de socialização”<sup>38</sup>, os eventos políticos identificados como marcos da trajetória desta geração.

No quinto capítulo, *Heranças e herdeiros*, os caminhos percorridos nos levaram a considerar elementos do entrecruzamento de rastros hereditários entre gerações com a construção de referenciais da geração de filhos de militantes. Por isso, neste capítulo são identificadas e analisadas as três heranças políticas desta geração, percebidas nas discussões sobre a desilusão e decepção políticas, a memória enquanto um valor familiar, e o ressentimento<sup>39</sup> presente no conflito entre o ato de esquecer e o de perdoar<sup>40</sup>.

A conclusão se dedica a propor uma última herança recebida por essa geração, considerada a mais preciosa de todo conjunto trabalhado, que seria a noção de liberdade e o valor a ela atribuído, que não é apenas parte do “bastão geracional”<sup>41</sup> transmissor dos outros elementos herdados. A valorização da noção de liberdade é matéria prima mesma da qual está feito o bastão simbólico que uma geração passa à outra, a herança mais aceita e cultivada pela geração dos filhos de militantes.

---

<sup>38</sup> Cf. BERSTEIN, S. op. cit.

<sup>39</sup> Cf. NIEZTSCHÉ, F., *Genealogia da moral - uma polêmica*. Cf. KEHL, M., *O ressentimento*.

<sup>40</sup> Cf. ARENDT, H., *A condição humana*. Cf. WESCHELER, L., *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. Cf. RICOEUR, P., op. cit.

<sup>41</sup> CUNHA, R de M., op. cit.